

# **EFEITOS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL SOBRE A RENDA**

Excessivas são a pobreza e a desigualdade, não o auxílio

**Lauro Gonzalez<sup>1</sup>**

**Bruno Barreira<sup>2</sup>**

## **1. Contexto e Objetivos do Estudo**

A pandemia do novo coronavírus arrastou a economia global para o terreno da recessão. Para mitigar os efeitos da crise, a sociedade cobra respostas rápidas por parte do Estado. Nesse contexto, diversos países adotaram programas de renda básica emergencial (RBE) visando combater os impactos financeiros negativos para a população mais afetada, especialmente a de baixa renda, incluindo desempregados, pequenos comerciantes, trabalhadores informais e outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

No momento em que este estudo é elaborado, a RBE ou auxílio emergencial (AE) de R\$ 600 ou R\$ 1200 já foi paga a cerca de 64 milhões de brasileiros, de um total de 104 milhões de solicitações. Vale dizer que as estimativas iniciais do governo previam por volta de 30 milhões de pessoas elegíveis ao auxílio, ou seja, a profundidade da crise tem sido muito maior do que a inicialmente imaginada. Uma das principais razões para essa diferença se liga às transformações pelas quais o mercado de trabalho tem passado, com a emergência da chamada economia do bico e aumento da informalidade.

O levantamento aqui apresentado se baseia nos dados da PNAD-COVID19, realizada em junho de 2020 e recém divulgada pelo IBGE. Os objetivos são:

- i) Estimar os efeitos negativos da pandemia sobre a renda domiciliar;

---

<sup>1</sup> Professor da EAESP-FGV e coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV.

<sup>2</sup> Pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV.

- ii) Estimar os efeitos do AE sobre a renda domiciliar, avaliando a possibilidade dos efeitos negativos da pandemia terem sido compensados pelo AE.

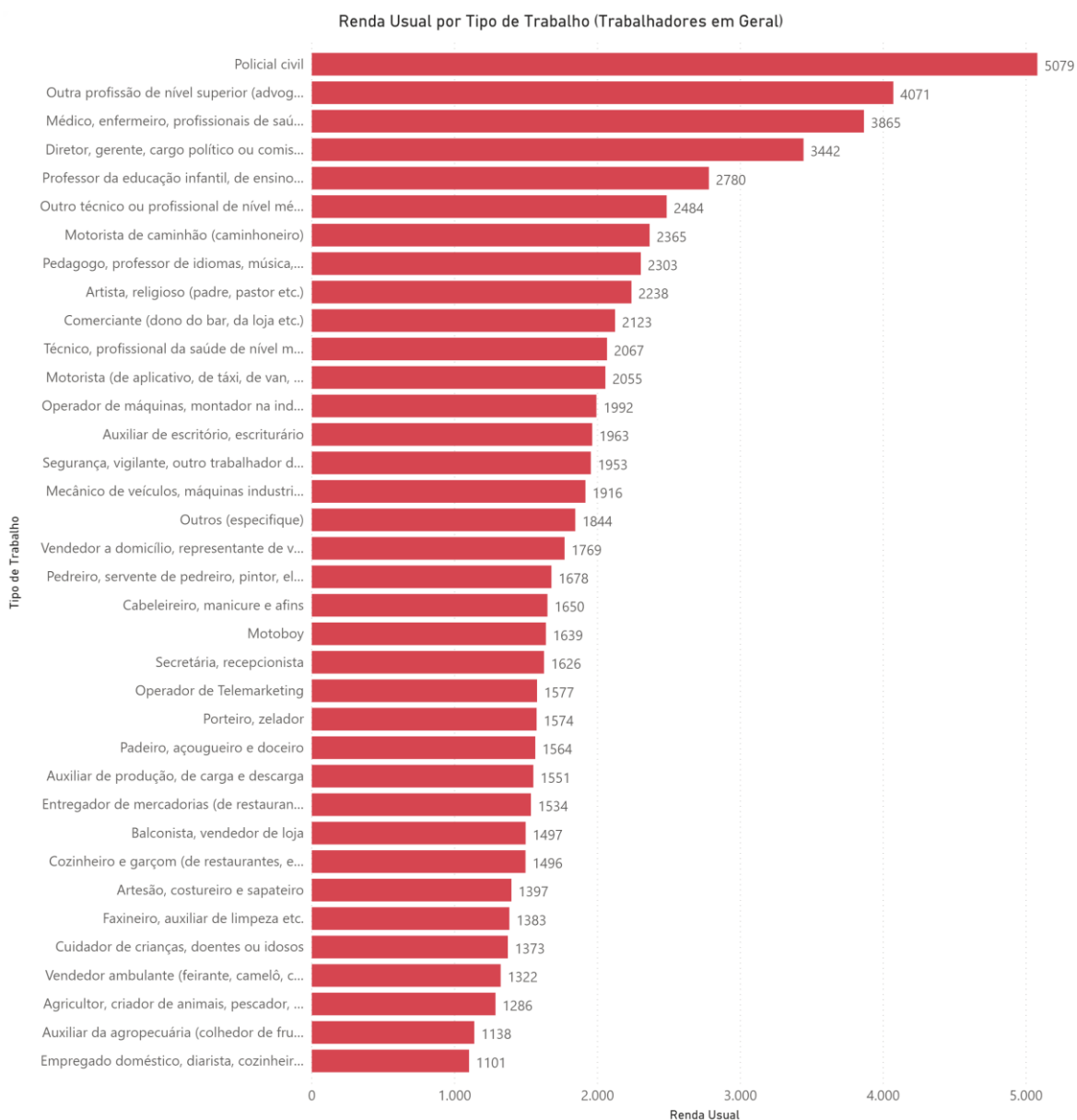
## 2. Principais Variáveis

Para realizar as estimativas foram selecionados na amostra da PNAD apenas os respondentes que receberam o AE. A seguir, foram definidas as seguintes variáveis:

- a) Renda usual: Valores normalmente recebidos em dinheiro e/ou mercadorias pelo trabalho (questão C10) + Aposentadoria ou pensão, rendimentos de aluguel ou previdência privada, e benefícios sociais como o Bolsa Família e o BPC-LOAS (questão D1). A renda usual representa, portanto, a estimativa da renda domiciliar antes da pandemia;
- b) Renda na pandemia sem o AE: Valores recebidos no trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual, uma vez que estes últimos rendimentos, tais como aposentadoria e Bolsa Família, não foram afetados pela pandemia *a priori*;
- c) Perda/Ganho de renda sem o AE: Diferença entre a renda na pandemia sem o AE e a renda usual;
- d) Renda na pandemia com o AE: Valores recebidos pelo trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual (menos Bolsa Família) + Valor recebido através do auxílio emergencial (questão D1e);
- e) Perda/Ganho de renda com o AE: Diferença entre renda na pandemia com o AE e a renda usual.

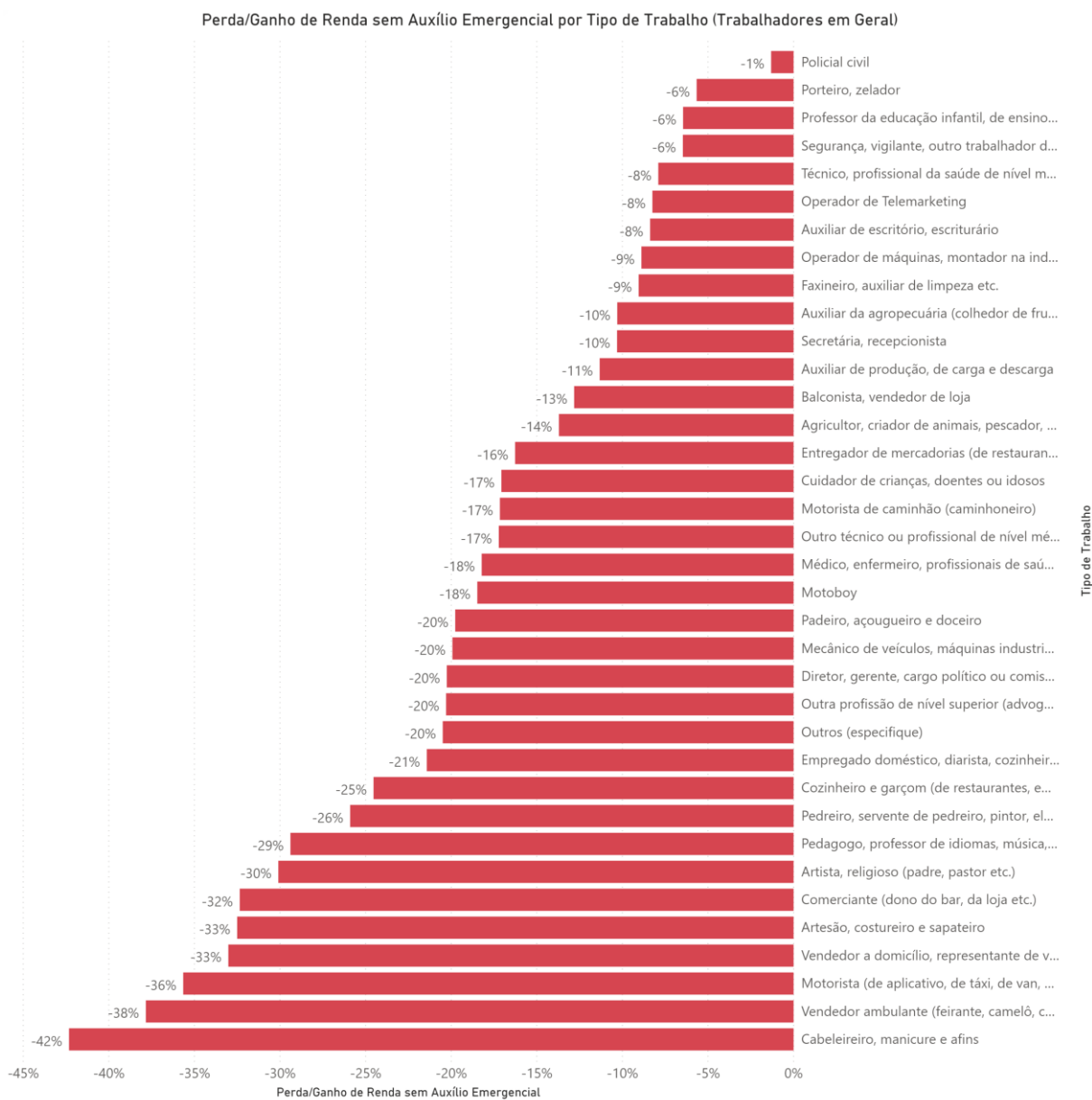
As próximas 3 seções apresentam os efeitos para os trabalhadores em geral, trabalhadores com vínculos formais ou informais e para outros recortes selecionados. Nos dois primeiros casos, foram selecionados apenas os respondentes que estão empregados, ou seja, que trabalharam na semana anterior (questão C1) ou que estiveram temporariamente afastados (questão C2). O objetivo era verificar os efeitos do AE sobre as rendas já existentes. Já no caso dos demais recortes, na seção 5, foram selecionados tanto empregados quanto desempregados.

### 3. TRABALHADORES EM GERAL



**Figura 1.** Renda Usual (em R\$) por Tipo de Trabalho (Trabalhadores em Geral).

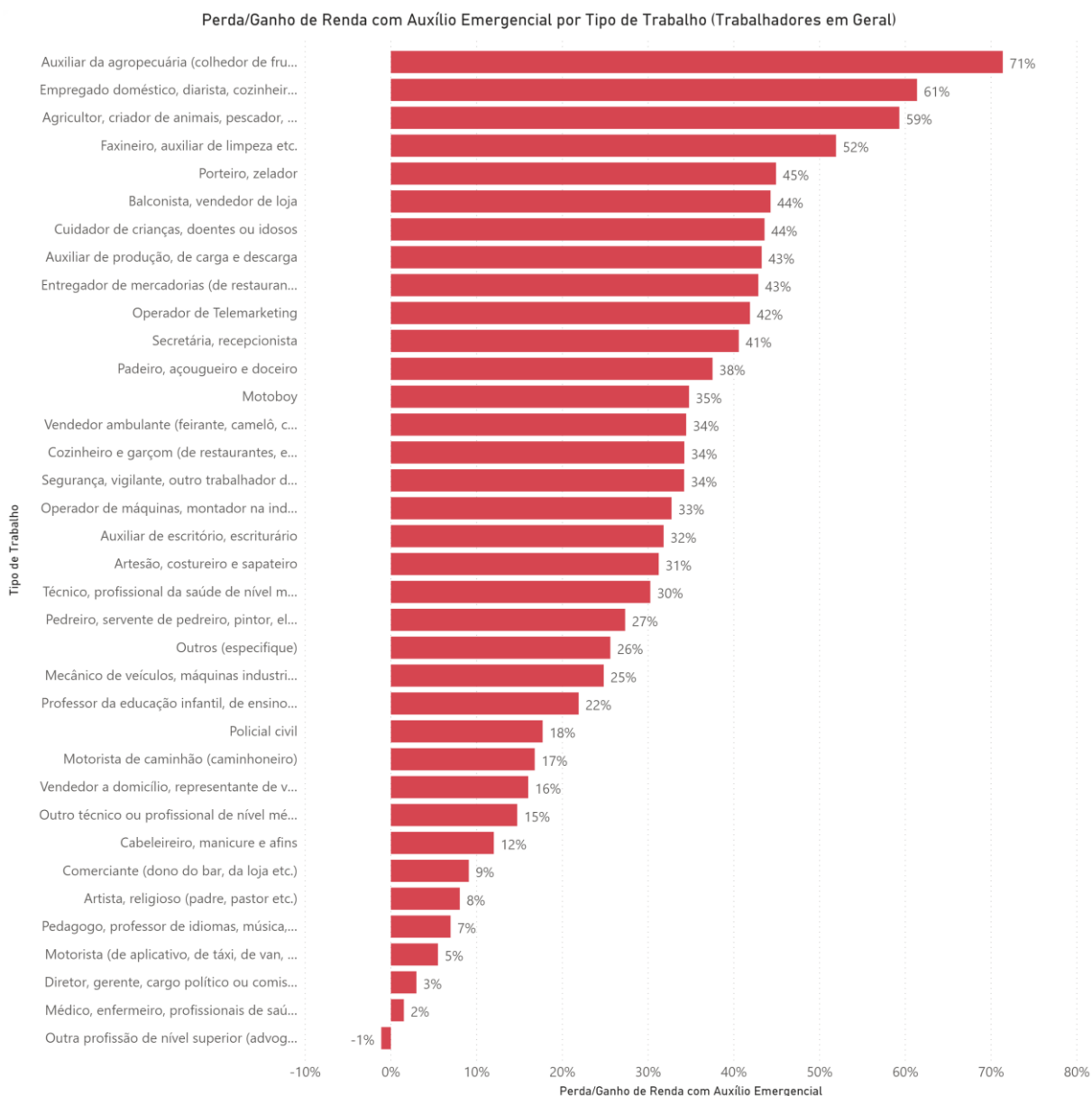
Fonte: IBGE (2020).



**Figura 2.** Perda/Ganho de Renda sem Auxílio Emergencial por Tipo de Trabalho (Trabalhadores em Geral).

Fonte: IBGE (2020).

Para o conjunto total dos tipos de trabalho apresentados, os dados mostram que, desconsiderando o AE, a perda média de renda foi cerca de 18%. Entretanto, a variação dessa perda é grande quando se observa os diversos tipos de trabalho. Para 7 dos 36 tipos de trabalho, a perda de renda com a pandemia foi igual ou superior a 30%.



**Figura 3.** Perda/Ganho de Renda com Auxílio Emergencial por Tipo de Trabalho (Trabalhadores em Geral).

Fonte: IBGE (2020).

O recebimento do AE mais do que compensou a perda com pandemia para virtualmente todos os tipos de trabalho da pesquisa. Na média para todos os tipos de trabalho, a renda com o AE é aproximadamente 24% maior do que a renda usual pré-pandemia, evidenciando que o AE tem compensado as perdas de renda do trabalho no agregado. Os efeitos do AE variam bastante conforme os tipos de trabalho. Em 11 dos 36 tipos de trabalho o aumento de renda foi superior a 40%.

#### 4. TRABALHADORES FORMAIS E INFORMAIS

Definindo os trabalhadores informais como aqueles sem carteira assinada (questão C7b), os dados mostram que o AE teve efeitos maiores sobre a renda dos informais *vis-à-vis* os formais (carteira assinada)<sup>3</sup>.

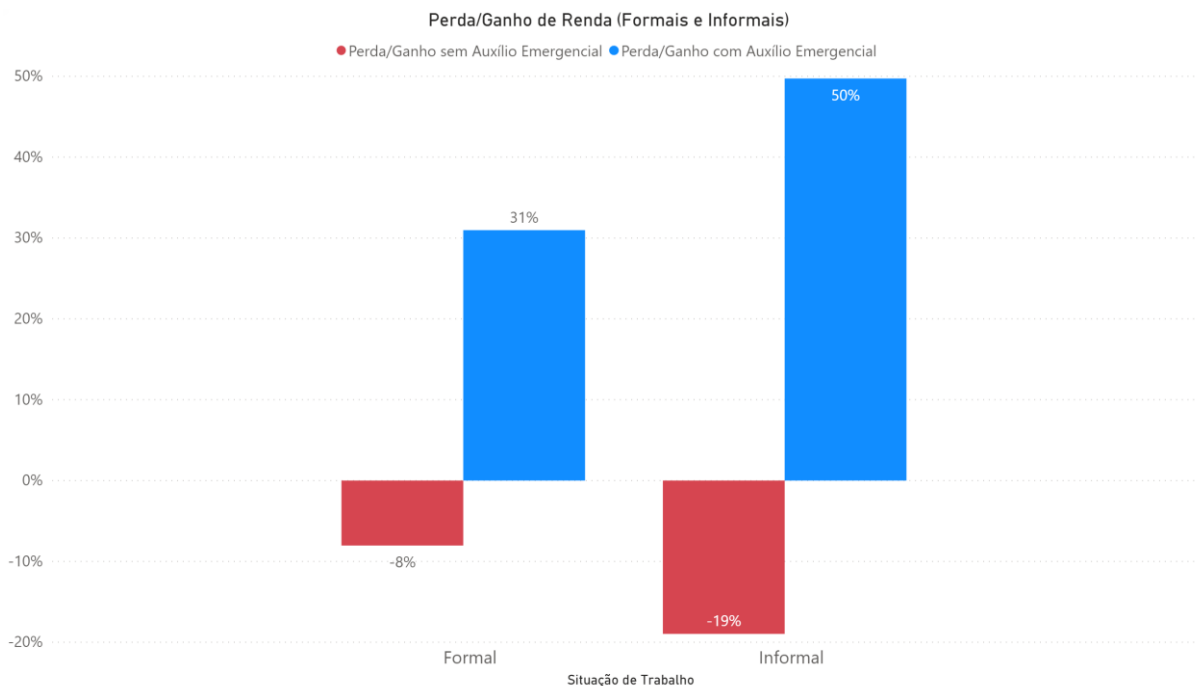


**Figura 4.** Renda Usual por Situação de Trabalho (Formais e Informais).

Fonte: IBGE (2020).

Os resultados do estudo revelam que, além de possuir uma renda usual inferior no período pré-pandemia, os trabalhadores informais teriam sido quase 2,5 vezes mais penalizados pela queda da atividade econômica em comparação aos formais ( 19% comparado a 8%), não fosse pelo efeito do AE que permitiu um ganho de renda equivalente a 50%.

<sup>3</sup> Cabe lembrar que, ao utilizar a definição acima para informalidade, os dados para compor a análise da seção 4 são semelhantes, mas não idênticos, aos dados da seção 3.

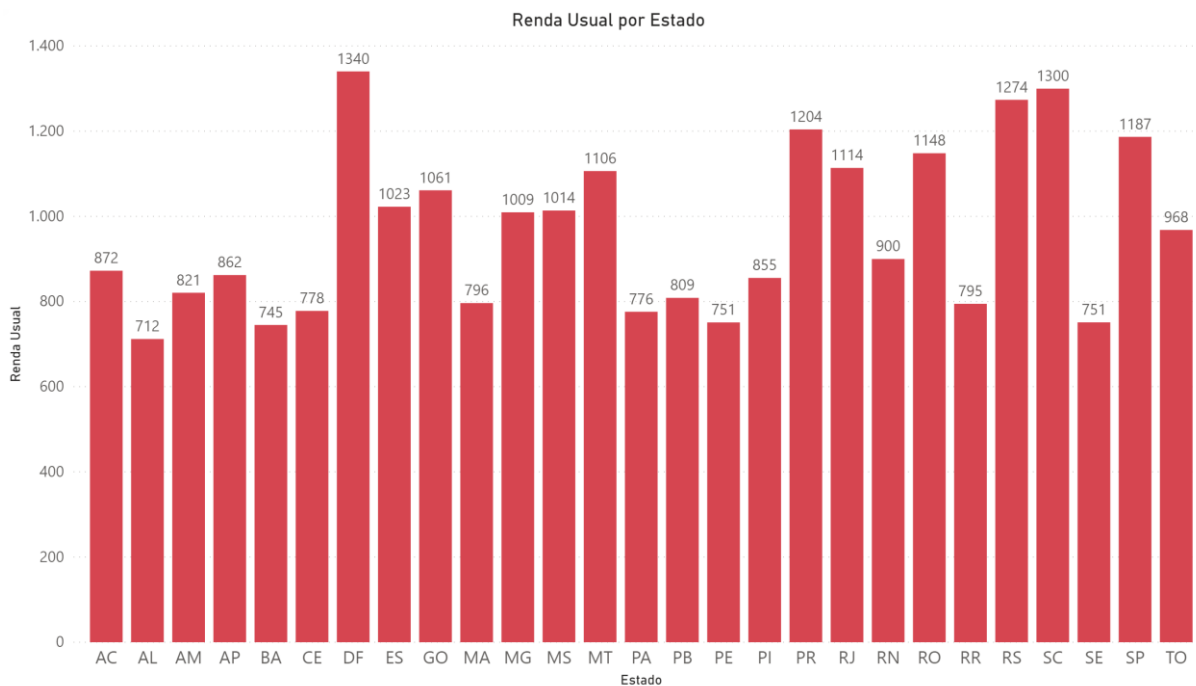


**Figura 5.** Perda/Ganho de Renda (Formais e Informais).

Fonte: IBGE (2020).

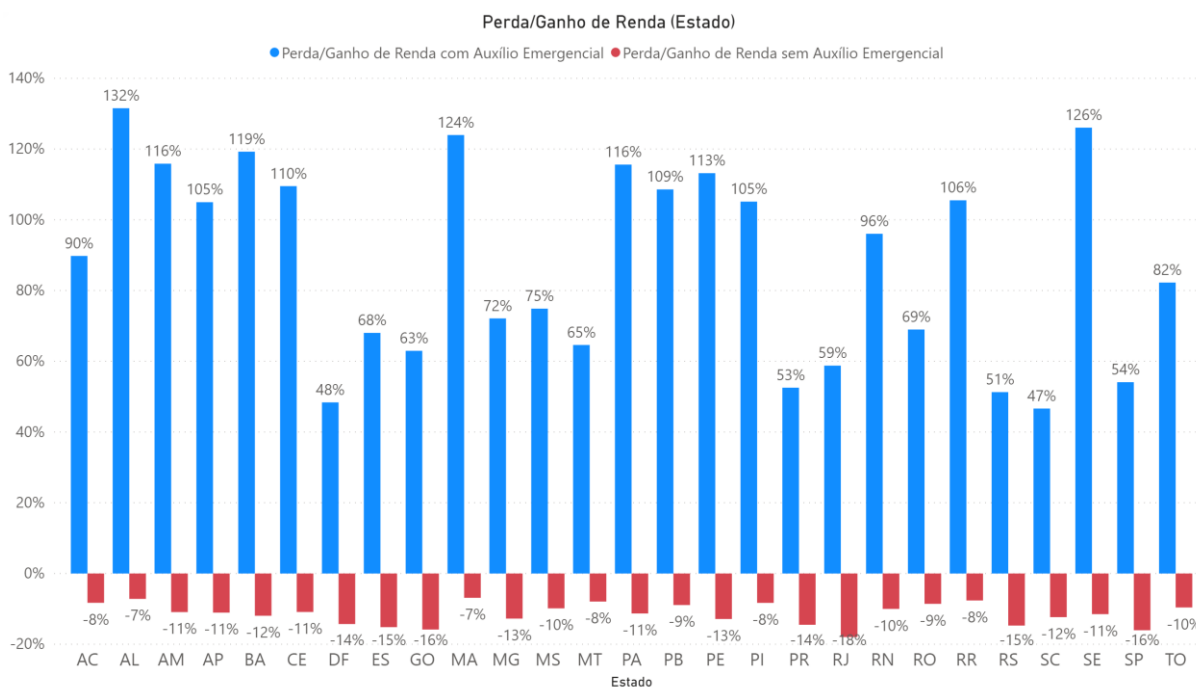
## 5. OUTRAS CARACTERÍSTICAS

Nesta seção são apresentados recortes por estado da federação, escolaridade e gênero. Os maiores efeitos do AE sobre renda ocorreram nos estados do nordeste e do norte e na parcela dos respondentes menos escolarizada. Os resultados por gênero mostram maior efeito do AE sobre a renda das respondentes mulheres.



**Figura 6.** Renda Usual por Estado.

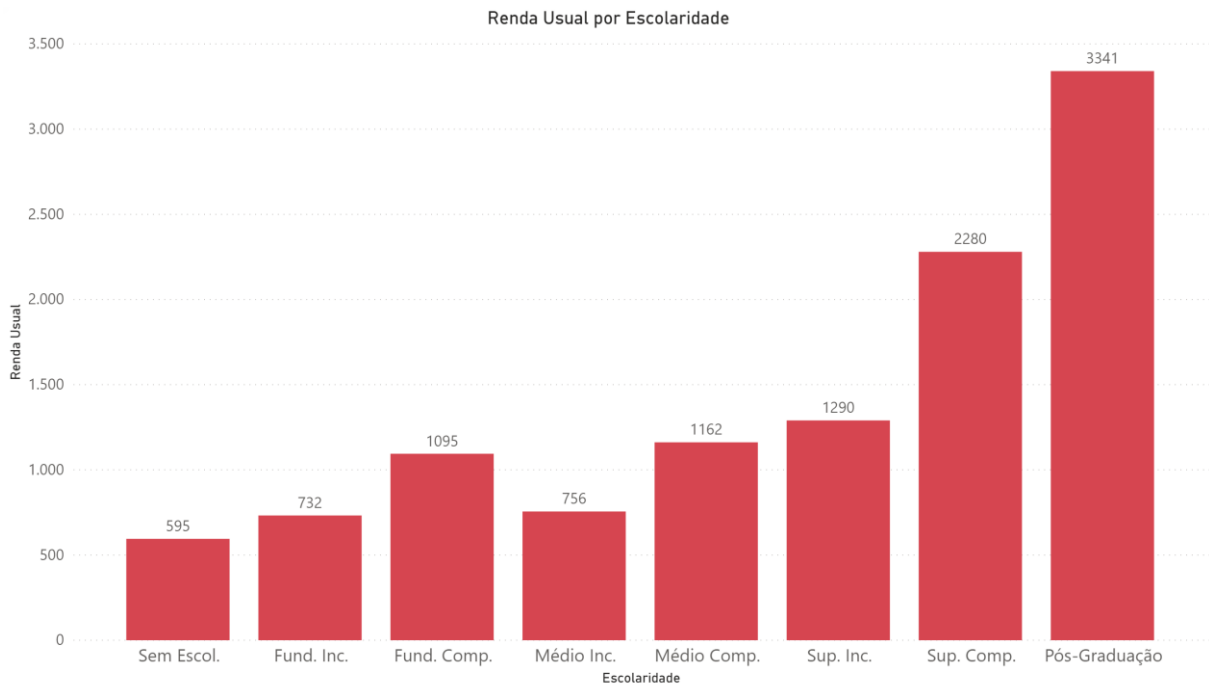
Fonte: IBGE (2020).



**Figura 7.** Perda/Ganho de Renda (Estado).

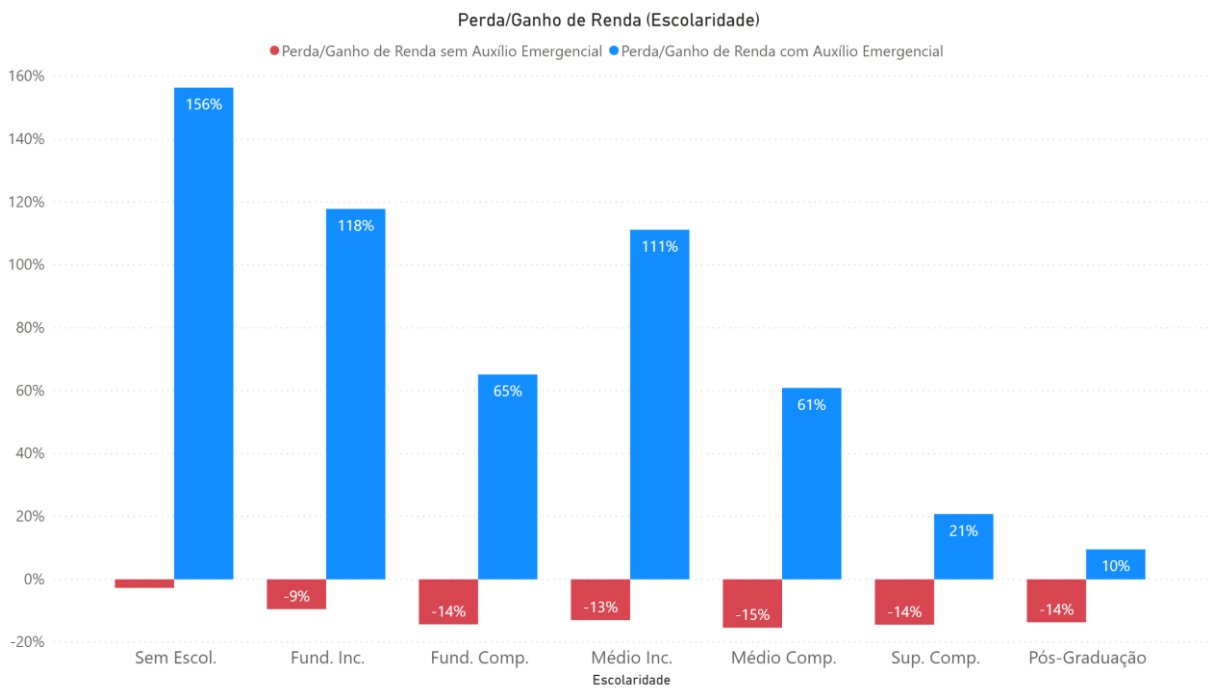
Fonte: IBGE (2020).





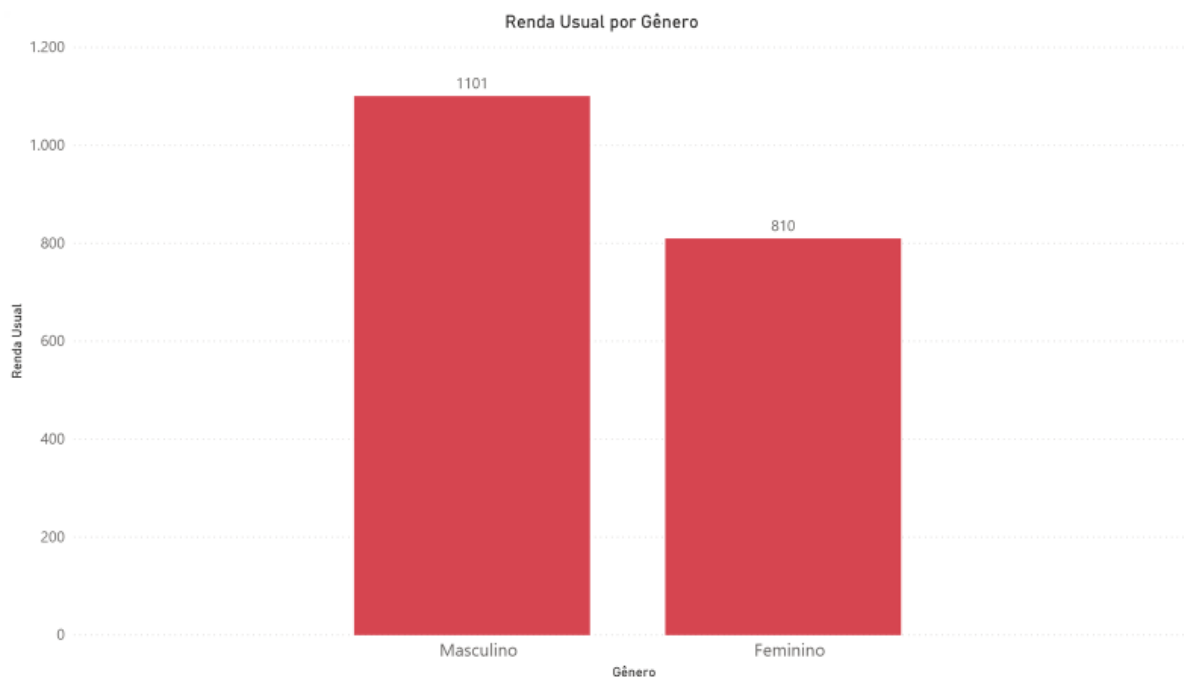
**Figura 8.** Renda Usual por Escolaridade.

Fonte: IBGE (2020).



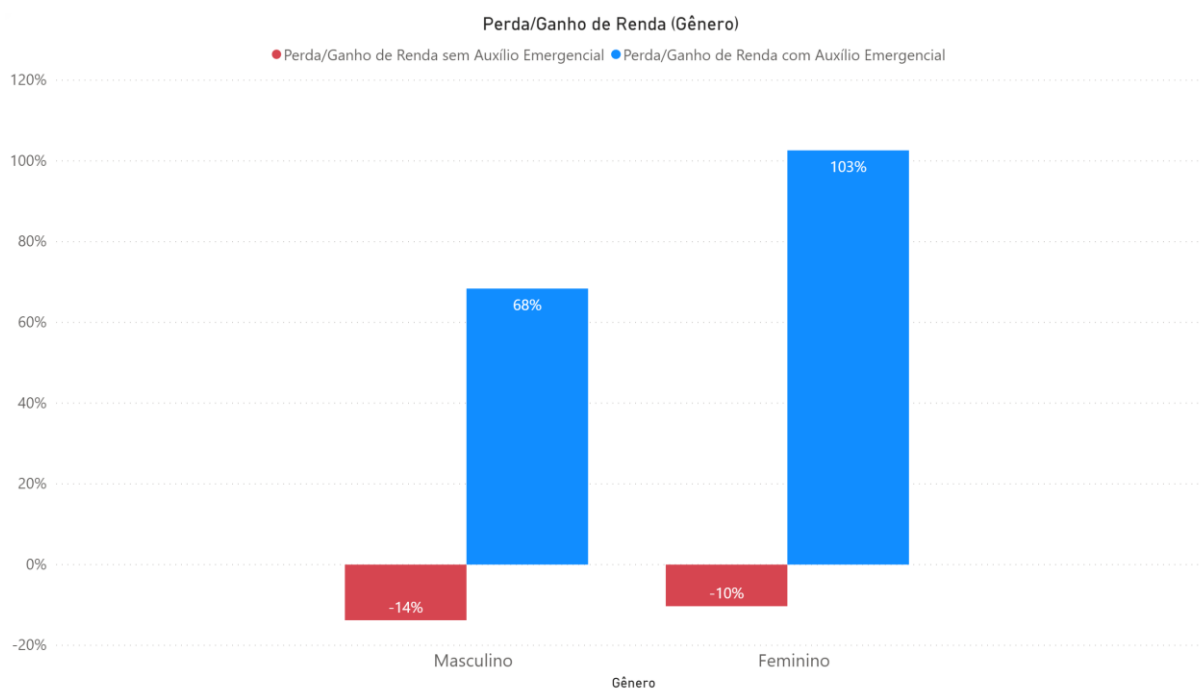
**Figura 9.** Perda/Ganho de Renda (Escolaridade).

Fonte: IBGE (2020).



**Figura 10.** Renda Usual por Gênero.

Fonte: IBGE (2020).



**Figura 11.** Perda/Ganho de Renda (Gênero).

Fonte: IBGE (2020).

## 6. COMENTÁRIOS FINAIS

Os dados recém divulgados pelo IBGE corroboram evidências já divulgadas de que, para aqueles que receberam o AE, o acréscimo de renda mais do que compensou, pelo menos até o momento, as perdas de renda derivadas da crise. Isso não significa que o auxílio emergencial seja excessivo, mas sim que o nível de pobreza e desigualdade do Brasil é muito alto. Além disso, É muito importante ressaltar que o desenrolar da crise está envolto em elevado grau de incerteza, sendo possível que o desemprego e a perda de renda se aprofundem nos próximos meses, o que intensificaria as perdas de renda e, *ceteris paribus*, diminuiria os acréscimos de renda aqui descritos, sobretudo da quarta e da quinta parcelas do AE que ainda serão pagas.

Outra determinante fundamental da trajetória da renda no contexto da crise é, obviamente, a própria continuidade do AE, sobretudo considerando a política de ajuste fiscal perseguida pelo governo. Portanto, o retrato atual pode ser muito diferente do filme dos próximos meses.

Um progresso inesperado da pandemia é o fato da renda básica ter sido alçada ao topo da agenda das políticas públicas. No formato atual, o Bolsa Família não é capaz de assegurar transferência de renda em nível compatível com as características vigentes no mundo do trabalho. Além disso, as novas tecnologias e as finanças da proximidade podem colaborar<sup>4</sup> para encurtar a distância entre formulação e efetiva implementação, fazendo com que os recursos de fato cheguem a quem mais precisa.

## REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?edicao=28055&t=microdados>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

---

<sup>4</sup> Por exemplo, tecnologias de moedas sociais digitais, conforme discutido em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81666>